

A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA AGRICULTURA FAMILIAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CRÉDITO FRENTE A PROPOSTA DA IGUALDADE DE GÊNERO PREVISTA NO ODS 2030.

Josiane Patrícia Fritz Almeida¹
Rosani Marisa Spanevello²

Resumo:

As transformações sociais que permeiam a liderança feminina nos mais diversos cenários da economia mundial resultam na busca por novas práticas de gestão. Assim é necessário rever posicionamento e abordar novas formas de atuação no ramo agrícola, com inclusão e sentido perante a sociedade, particularmente no que tangem a liderança feminina no agronegócio. O Programa Mais Mulher do Ministério da Agricultura aponta que há 947 mil propriedades rurais, com abrangência para 30 milhões de hectares, no Brasil, coordenadas por gestoras, isso significa que 19% das propriedades rurais no país são administradas por mulheres, que este número está crescendo e que por questões sucessórias poderá em breve chegar a 30%. Assim surge a necessidade de aprofundar um estudo que colabore com esta tendência a fim de melhorar a visão da sociedade quanto a participação da mulher neste contexto. A abordagem metodológica estará pautada em estudo descritivo, cuja pesquisa será quali-quantitativa, com uso de base de dados, analisados por softwares analíticos. O Plano Safra 2022/2023 o Estado do RS, até outubro/22 aplicou em torno de 42,4 bilhões para financiamento do agronegócio, e estima-se que 37% deste valor está destinado para as pequenas propriedades rurais, no RS. Deste público 81% são homens e 19% são mulheres, o que demonstra uma desigualdade da participação feminina no agronegócio brasileiro. A pesquisa ampliará o conhecimento sobre a realidade das mulheres que atuam na agricultura familiar e de ações para contribuir no desenvolvimento de políticas públicas que alcancem estas pessoas e tragam progressos para o meio rural.

Palavras-chave: Liderança Feminina; Agronegócio; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

1 Josiane Fritz - PPGAGR – Mestrado em Agronegócios, josifritz@yahoo.com.br

2 Dra. Rosani Marisa Spanevello - PGAGR – Mestrado em Agronegócios, rspanevello@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

O agronegócio, pelos dados Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA, 2018), pode ser entendido como a soma de quatro segmentos: insumos para a agropecuária, produção agropecuária primária, agroindústria (processamento) e agrosserviços. A Instituição também traz dados onde se verifica o aumento da participação feminina no agronegócio, impulsionado por trabalhadoras com um maior nível de educação formal, indicando evolução positiva atrelada a empregos que demandam maior qualificação. (CEPEA, 2018). Mas ainda assim se observa a persistência de desigualdade entre homens e mulheres quanto a ocupação de cargos de decisão em organizações, sejam em propriedades rurais, agroindústria ou empresas prestadoras de serviços.

Observa-se uma forte tendência para maior participação da mulher no agronegócio, segundo a ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio (2019), do público feminino deste setor, 59% são proprietárias ou sócias do negócio, 30% fazem parte da direção, coordenação e gerenciamento e 10% são funcionárias e desempenham atividades profissionais nesta área. Deste público 57% fazem parte ativamente de sindicatos, entidades e associações rurais. Afinal, qual é a participação feminina no contexto das políticas públicas voltadas ao crédito na agricultura familiar frente a proposta de igualdade de gênero prevista no objetivo quinto de desenvolvimento sustentável da agenda 2030? Dados da ONU – Organização das Nações Unidas (2017) mostram que 559 milhões de pequenos agricultores do mundo, são mulheres; e como já divulgado pelo Ministério da Agricultura, no Brasil, há 947 mil propriedades rurais, com abrangência para 30 milhões de hectares, coordenadas por gestoras, isso significa que 19% das propriedades rurais no país são administradas por mulheres, que este número está crescendo e que por questões sucessórias poderá em breve chegar a 30%. Neste contexto o Ministério da Agricultura (2020), destaca que em 50% destas propriedades as atividades desenvolvidas estão relacionadas a pecuária, 32% a produção de lavouras temporárias e 11% em lavouras permanentes.

Quando se fala-se em competências necessárias para negócios, pode-se explorar como está o desenvolvimento de competências e habilidades que podem fazer diferença no dia a dia do negócio e da liderança das mulheres no setor, tais como: Entendimento da propriedade, trabalho em equipe, valorização das pessoas, colaboração, capacitação contínua, assessoria técnica, visão sistêmica, empreendedorismo, criatividade e versatilidade.

O desafio de mulheres que assumem o negócio da família, por questões sucessórias, no setor do agronegócio, passa pela necessidade de encarar a fazenda como fonte de renda e a gestão de custos, organização e planejamento da atividade, requer agilidade na tomada de decisão e alinhamento com a equipe para melhor desempenho das atividades no campo. A justificativa desta pesquisa tem como propósito contribuir com estudo que busque participar de aprendizado contínuo e aprofundar conhecimento que possa aperfeiçoar habilidades de liderança nas áreas de gestão do agronegócio, com ênfase no perfil de liderança feminina, colocando luz sobre a equidade de gênero neste contexto e mostrando para a sociedade, organizações e entidades o quanto ainda precisamos evoluir culturalmente para alcançar excelência e equilíbrio no mundo do trabalho e na atuação das mulheres nos diversos segmentos do agronegócio.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Para o alcance dos objetos do estudo será utilizada uma pesquisa de natureza qualitativa, que segundo Malhotra (2021) tem por objetivo analisar o problema e entender a dimensão dele através de investigação sistêmica dos fenômenos observáveis. Neste caso os resultados podem ser quantificados através da coleta de dados digitais, analisados através de técnicas matemáticas, estatísticas e computacionais, de investigação descritiva comparativa, usada para tirar conclusões sobre equação de causa e efeito entre duas ou mais variáveis.

Segundo Knechtel (2014), a base de informações alcançadas pela pesquisa quantitativa deste trabalho está classificada como de dados secundários, já que os mesmos em momento anterior foram processados e publicados por fontes credenciadas. O objetivo de pesquisa está pautado em uma análise descritiva de dados, que compreende o período entre 2015 e 2022, após a publicação dos ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030.

Os objetivos de pesquisa são descritivos e conforme já mencionado, a coleta de dados deve se basear em fontes secundárias. Conforme definido por Mattar (1996), os dados secundários são aqueles que já foram coletados, tabulados, ordenados por: governos, publicações e instituições, e estão disponíveis aos interessados. No delineamento proposto nesta pesquisa, os levantamentos de dados abrangem um universo de elementos que se torna impossível considerá-los em sua totalidade. Por essa razão, a análise basear-se-á em uma

amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que compõem o universo. Para isso será utilizada a técnica de amostragem sistemática aleatória simples.

A delimitação dessa amostra se dá em caráter regional, já que os dados são oriundos de plataforma disponibilizada pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Agricultura e consulta das DAP's (Declarações de Aptidão ao Pronaf) que contém a titularidade, com a intenção de identificar o público feminino. A abrangência é delimitada aos municípios que fazem parte do COREDE Rio da Várzea no estado do RS e esta escolha se dá em função do interesse e conveniência de instituições e organizações da região nesta pesquisa. Também serão estudadas as informações extraídas das Declarações de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar no período entre 2015 e 2022 que estejam válidas e ativas a fim de avaliar a eficácia e acesso as políticas de crédito.

3 RESULTADOS

No setor agropecuário, a inserção feminina se dá de maneira lenta, assumindo apenas 13,2% dos cargos, salientando a centralização do poder masculino nesta área. Essas informações apontam que apesar dos avanços, a mulher ainda tem muitos objetivos a serem conquistados na área do agronegócio.

Pelo que pode-se observar na base de dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, quanto a emissão de DAP – Declaração de Aptidão ao Programa de Agricultura Familiar, dos municípios que abrangem o estudo, há poucas mulheres como primeiras titulares e este fato impede o acesso ao crédito por parte das mulheres, pois a capacidade de pagamento e a renda bruta anual está declarada em nome do primeiro titular que obtém o acesso ao programa e tem o poder de decisão quanto a aplicação e manutenção do crédito, ainda que a mulher esteja declarada como parte do grupo familiar. A hipótese que se levanta com o estudo é de que a política pública não atende às necessidades das mulheres do campo. Que há demandas a serem atendidas e que existe possibilidade de proposições que sejam aderentes ao objetivo quinto de desenvolvimento sustentável da agenda 2030.

Conforme Plano safra 2022/2023 foram destinados 340,8 bilhões para financiamento da produção agrícola no Brasil. Deste montante 53,6 bilhões estão destinados a agricultura familiar e 287,3 bilhões para agricultura empresarial. Segundo dados do Sistema Financeiro Nacional, do Plano Safra 2022/2023 o Estado do RS, até outubro/22 aplicou em torno de 42,4 bilhões para financiamento do agronegócio, cerca de 22,05 bilhões em custeio, 19,1 bilhões em

investimentos e 1,2 bilhões em comercialização. Estima-se que 37% deste valor está destinado para as pequenas propriedades rurais, no RS. Segundo a FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura no RS) 83,7% das propriedades rurais no RS não ultrapassam 50ha, caracterizando assim a predominância da agricultura familiar no Estado que detém 25,3% de toda área cultivada (5,49 milhões de hectares). O censo agropecuário de 2017 do IBGE aponta que a agricultura familiar no Brasil corresponde a 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários e acessa menos de 15% do total de recursos destinados pelo plano safra. Deste público 81% são homens e 19% são mulheres, com maior concentração na faixa etária entre 45 e 54 anos, destes pouco mais de 5% completaram o ensino superior. Sendo assim, para a continuidade da pesquisa, pretende-se analisar e buscar as informações sobre o número de mulheres declaradas na Agricultura Familiar e qual percentual dos recursos do Plano Safra é distribuído para elas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa será útil para ampliar conhecimento sobre a realidade das mulheres que atuam na agricultura familiar e a proposição de ações que venham a contribuir no desenvolvimento de políticas públicas inclusivas que alcancem estas pessoas e tragam progressos para o meio rural. Os benefícios alcançados com os resultados do estudo podem abrir caminhos para o desenvolvimento de modelo replicável para outras regiões de forma que possam ser levantados dados que auxiliem no desenvolvimento de projetos voltados para as relações de gênero na perspectiva do desenvolvimento sustentável e objetivos da agenda 2030.

REFERÊNCIAS

- ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio – **Artigos ABAG**. Disponível em: www.abag.com.br. Acesso em jan.2022.
- CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. 2018. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br>. Acesso em: 13 de jan. 2022.
- HORA, K., NOBRE, M. BUTTO, A. 2021. **As Mulheres no Censo Agropecuário 2017**. Mudança Climática, Energia e Ambiente. Associação Brasileira de Reforma Agrária. Friedrich – Ebert – Stiftung. Brasil. Disponível em: www.embrapa.br. Acesso em: nov. 2022.
- KNECHTEL, Maria do Rosário. Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba. **Intersaberes**, 2014.
- MALHOTRA, Naresh K. - **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. Ed. Bookman, 2021.



V COLÓQUIO NACIONAL E I INTERNACIONAL DE PESQUISAS EM AGRONEGÓCIOS



MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: edição compacta.** São Paulo: Atlas, 1996

ONU – Organização das Nações Unidas – Artigo: **A importância das mulheres rurais no desenvolvimento sustentável do futuro**, 2017. Disponível em: [www. /brasil.un.org](http://www.brasil.un.org). Acesso em: jan.2022.

SILVA, L.& BENITES, M. E. R. 2022. Artigo: **Autonomia Feminina no Campo: Um Perfil atualizado da Região Sul a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017.** Disponível em: www.lume.ufrgs.br. Acesso nov. 2022.